

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, trânsitos e materialidade

Collections of ivory in Minas Gerais: documents, trade and materiality

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1799>

Yacy-Ara Froner

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo -USP - Professora da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: froner@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5675-6945>

Eduardo França Paiva

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: edupaiva@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8100-573X>

Vanicleia Silva Santos

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: vanijacobina@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1390-9101>

Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em 04/04/2016

Resumo: A partir da revisão historiográfica e de duas bases documentais – os inventários post-mortem e os acervos de museus e igrejas de Minas Gerais – apresentaremos uma análise preliminar das pesquisas realizadas no primeiro ano do projeto “A circulação de marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas (1700-1800)”. O objetivo é analisar as formas sociais de circulação dos marfins em Minas Gerais e seus usos simbólicos, no século XVIII.

Palavras-chave: marfim; cultura material; trânsito; Minas Gerais

Abstract: From the historiographical review, and two types of archival sources: wills and collections from museums and churches in Minas Gerais we present a preliminary analysis of research conducted in the first year of the project entitled "The movement of Ivory between Portugal, Guinea, Angola and Minas Gerais (1700-1800)". Our goal is to analyze the social forms of movement of ivory in Minas Gerais, and their symbolic use in the eighteenth century.

Keywords: ivory, material culture, trade, Minas Gerais

Apresentação

O marfim, como parte da cultura material que circulava pelo Atlântico, é uma fonte importante para conhecer o movimento de objetos, a demanda, o comércio, os aspectos estéticos e a recepção, e os marcadores de riqueza. Em outras palavras, enquanto um produto do comércio global, o marfim pode esclarecer sobre as sociedades atlânticas, os usos tradicionais que eram feitos na África, as mudanças operadas nas sociedades africanas para atender à demanda estrangeira e a introdução de novos “gostos” nas artes decorativa e sacra no império português.¹

1. SERRÃO, Vitor. As artes decorativas na coleção palaciana do 1º conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no tempo dos Filipes. *Artis* [s2], n.2 - 2014, p.8-21.

Esta pesquisa está inserida em um projeto mais amplo, que contempla a circulação de marfins no espaço luso-afro-brasileiro², ou no Atlântico português, entre os séculos XV ao XIX. O presente ensaio pretende apresentar uma análise parcial dos dados levantados durante o primeiro ano da investigação sobre os marfins em Minas Gerais, a partir de um ponto: a circulação e posse do marfim em Minas Gerais durante os século XVIII.

Minas Gerais foi escolhida como locus da pesquisa por duas razões: a primeira é que nunca foi realizado nenhum estudo desta natureza na região, a qual estava ligada ao Atlântico desde o início do século XVIII, em razão das descobertas de ouro naquelas plagas; a segunda é em razão da grande quantidade de marfins identificados nos inventários post-mortem, bem como nos acervos particulares, em museus e igrejas. O século XVIII foi importante para Minas Gerais porque culminou com o início e o auge da mineração na região, a instalação das primeiras vilas no início do XVIII, para abrigar as câmaras e efetivar o controle da Coroa portuguesa da área mineradora e o estabelecimento das primeiras igrejas. Os principais centros mineradores fizeram emergir as mais importantes cidades do período colonial do Brasil, como Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará), Vila de São João Del Rei (São João Del Rey), Vila São José Del Rey (Tiradentes), Vila Nova da Rainha do Caeté (Caeté) e outras. Não por acaso, nestas cidades, na atualidade foram localizados os mais importantes acervos em marfins.

Nos principais centros urbanos da era do ouro passou a circular mercadorias básicas e também produtos de luxo, oriundos do reino, da África e Ásia, via comércio atlântico. Os inventários são as fontes mais valiosas para compreender os objetos comercializados e o perfil social dos proprietários. Circularam nas rústicas casas de Minas Gerais utensílios para casa, móveis, roupas de casa (panos finos trabalhados), decorações, santos, e objetos de uso pessoal como roupas e joias feitas de diversos minérios, como ouro e prata.³

Na área aurífera do Brasil colonial, o marfim foi empregado no fabrico de arte sacra (santos, santas, crucifixos e cortadores de hóstias); utensílios para repartições administrativas, como sinete (matriz sigilográfica para selo-tinta); utensílios domésticos de luxo como colheres, cabos de faca e de revólver, bastões e penas; utensílios para boticários como almofarizes e agulhas; e também joias e pentes. Em suma, em razão da fabulosa quantidade de ouro, circularam, em Minas Gerais, pessoas e objetos produzidos e cultivados no Império Português. A área interiorana se conectou rapidamente aos circuitos comerciais e culturais então existentes, demandou o trivial e o mais sofisticado, consumiu o que se ofertava, deu brilho e poder aos afortunados e fomentou a produção de inúmeros itens de desejo. Nas lojas existentes nas vilas e arraiais e por meio dos caixeiros, dos viandantes e de outros negociantes os moradores das Minas, entre os quais muitos libertos e negros nascidos livres, adquiriam os produtos importados para a colônia.

Em suma, os trabalhos em marfim do Brasil, independentemente, se sacras ou seculares, são abordadas neste trabalho através de seus aspectos físicos e documentais. Neste sentido, três campos específicos e complementares são utilizados de forma metodológica para examinar os marfins: 1) análise da historiografia sobre marfins em Minas Gerais; 2) levantamento e catalogação das coleções de marfim e sua documentação nas instituições de Minas Gerais; e 3) Análise textual da cultura material de marfim encontrada em testamentos e inventários post-mortem.

O levantamento sistemático das fontes tem iluminado algumas das problemáticas colocadas que orientam esta investigação: como chegava o marfim em Minas Gerais? Quem o utilizava? Para que era utilizado? Algumas hipóteses já podem ser

2. Projeto The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production, coordenado pelo professor Peter Mark (Universidade de Lisboa e University of Wesleyan), há também o projeto do convênio entre UFMG e Universidade de Lisboa, A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX, coordenado por Vanicléia S. Santos (UFMG) e José Horta (FLUL).

3. PEREIRA, Ana Luíza de C. Viver nos trópicos com bens do Império: a circulação de pessoas e objectos no Império Português. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A112.pdf>. Acesso em 19/02/2016, as 14h:23 min.

levantadas com maior consistência, mas as análises conclusivas só serão possíveis quando um corpus maior de documentos tiver sido coletado.

A historiografia sobre marfins no Brasil

Em Portugal, as pesquisas sobre a produção de peças e o comércio de marfins estão mais avançadas. Os especialistas ressaltam que houve um impacto das artes africanas na cultura material e artística em Portugal, a partir do século XVI, em razão da introdução de novos produtos, como o marfim, as esteiras, o ouro e etc. Os estudos tem identificado os seguintes aspectos sobre os marfins afro-portugueses: as principais tipologias de peças eram demandadas pelas elites portuguesas, como olifantes, saleiros, talheres; a presença de símbolos da Coroa Portuguesa inseridos nas esculturas, como heráldica, inscrições de nomes reais e a cruz da ordem da Cristo; os principais centros de produção de marfim na oeste africano.⁴

Contudo, as pesquisas para a América portuguesa sobre o marfim, em todos os aspectos, ainda é um campo pouquíssimo visitado pelos estudiosos.⁵ Os primeiros trabalhos foram realizados por curadores, técnicos e pesquisadores de Museus de alguns Estados brasileiros, como Rio de Janeiro e Bahia. Em 1987, o Museu de Arte-Sacra da Bahia, localizado em Salvador, publicou uma catálogo a partir de uma mostra do próprio acervo. O catálogo foi organizado a partir dos materiais em que as peças foram confeccionadas; e uma parte deste foi dedicada às peças em marfim identificadas como sendo de origem indiana, em virtude do estilo das imaginárias religiosas que combinam elementos católicos e hindus.⁶ Embora, seja atribuída origem asiática à maioria das peças, algumas diferem totalmente das normas da manufatura indiana, e podem ter sido fabricadas na Bahia.

Em 2002, o curador Emanuel Araújo e a museóloga Lucila Moraes Santos publicaram um catálogo da Coleção Souza Pinto, a maior e mais importante do Brasil, pois concentra mais de 500 peças pertencentes ao Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, desde 1940.⁷ Esta coleção já tinha sido tema de outra exposição em 1993, sob curadoria de Reinaldo Ferreira, no Centro Cultural Banco do Brasil.⁸ O ponto de partida para análise das peças nos catálogos da referida coleção é a suposta origem indiana das peças.

A única pesquisa histórica é a de Jorge Lúzio Silva, que investigou sobre o acervo da coleção do Museu de Arte Sacra da Bahia, com ênfase na iconografia. O autor notou que na confecção das peças, os artistas indianos fizeram uma justaposição de símbolos das religiões cristã e hindu, com destaque para as posições das pernas, mãos e braços dos santos e a inserção de animais, árvores e objetos antropomórficos em seu conjunto.⁹

Em suma, os poucos trabalhos que existem no Brasil sobre os acervos em marfim estão concentrados na hipótese de que são peças de origem asiática, em razão da presença dos missionários católicos nas possessões na Índia e China, principalmente. Além disso, não há qualquer pesquisa relativa à procedência da matéria-prima que desembarcou em portos brasileiros, nem sobre a origem das peças - se eram importadas diretamente de alguma região da África Ocidental ou de Portugal ou da Ásia ou se havia oficinas ou escultores no Brasil.

4. AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490-C.1540. ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015, às 06h35min.

5. LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracolônias Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2011.

6. MAIA, Pedro M. O Museu de Arte-Sacra. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

7. SANTOS, Lucila M. A sagração do Marfim. Coleção do Museu Histórico Nacional-IPHAN/RJ. Catálogo da Exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

8. FERREIRA, Reinaldo. O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCB, 1993.

9. LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracolônias Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo-SP, 2011. LAPA, Jose Roberto do Amaral. A Bahia e a Carreira da Índia. São Paulo: Hucitec, 2000.

A documentação em Minas Gerais

O marfim foi matéria prima largamente usada no Brasil colonial, em diferentes formatos - imagens religiosas, objetos de adorno, objetos decorativos e armas. As fontes testemunham o trânsito de matéria-prima, os objetos e a formação de mão de obra. Além dos próprios objetos, há uma documentação associada – os inventários e testamentos – que permite acessar relações intrínsecas ao colecionismo e ao trânsito, contribuindo para o processo de análise crítica do significado dessa materialidade no contexto social. Além dos inventários, outros dois conjuntos documentais foram acessados: as correspondências do Arquivo Ultramarino, que evidenciam a circulação dos marfins no Império Português; e os acervos existentes em museus e igrejas.

Inventários

O comércio atlântico português produziu intenso contato entre diferentes culturas, promovendo um vasto legado cultural material a ser investigado. A documentação cartorária serviu de fonte de pesquisa a diversos trabalhos sobre o assunto no período colonial.¹⁰ Inventários post-mortem nos permitem acessar dados referentes aos legados, informando sobre aspectos econômicos, como a acumulação de posses; e também sobre aspectos culturais e religiosos, uma vez que os testadores elencavam os objetos adquiridos e sua destinação diante da morte iminente. A historiografia mineira do período colonial tem utilizado amplamente tais fontes para esse campo de estudos.¹¹

Os testamentos e inventários post-mortem são importantes fontes para os estudos sobre cultura material, incluindo a circulação de marfins e os usos que se fizeram destes, bem como as questões sobre a constituição de gostos e de gestos que atribuíram valores a determinados objetos e justificaram a procura, o comércio e a ostentação destes.

Esta documentação, profusa, seriada e organizada nos arquivos de Minas Gerais-Brasil, não apenas traz a descrição dos objetos em marfim, mas descreve associações que se faziam com outros materiais (como ouro e prata), arrola circuitos pelos quais aqueles passaram e, ainda, apresenta seus usuários de primeira ordem, assim como os que os herdaram. Enfim, os inventários são fontes especiais para se mergulhar no universo material desse passado e acessar a vida privada de indivíduos e de grupos que os cultivaram.

O inventário da Catedral da Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) é parte deste conjunto documental. As informações sobre as peças tem evidenciado uma das rotas da origem das esculturas em marfim que chegavam a Minas Gerais no século XVIII. No dia 12/01/1749, foi feito o inventário dos ornamentos e outros bens recebidos pela Catedral de Mariana. Dentre os objetos religiosos arrolados, havia algumas peças fabricadas em marfim, nomeadamente, "(...) **Huma roda de marfim** para se cortarem hóstias nela, **Huma roda de dito** mais pequena para o tamanho das óstias, (...) Huma Imagem do **Santo Cristo de marfim** com cruz de galhos, que se acha na Sacristia.¹² A referida Diocese foi criada em 1745, cuja matriz foi dedicada à Nossa Senhora da Assunção.

As referidas peças, feitas em marfim eram procedentes de Portugal, e poste-

10. PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia – 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

11. LEWKOWICZ, Ida. "Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII". Revista Brasileira de História. V. 9, nº17, set.88/fev.89, p. 101-114; MÔL, Claudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado, FA-FICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002; FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MÔL, Cláudia Cristina. "Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas em Vila Rica". Varia História, nº32, julho, 2004. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850. Dissertação de mestrado, PPGH, UFF, Niterói, 1994. ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.

riormente levadas para o interior das Minas, para uso na sede do nova diocese. Embora não haja especificação da origem do marfim usado para o fabrico das peças, a oficina onde foram manufaturados, o tamanho exato e os valores dos objetos, há duas importantes identificações no documento: a procedência e a forma de aquisição das peças. Estas foram adquiridas pelos clérigos em Portugal para a nova catedral, instalada na principal área mineradora do Brasil colonial. Seguramente, estamos tratando das primeiras peças em marfim que chegaram a Minas Gerais, no auge da mineração do ouro na América Portuguesa. A peça mais antiga identificada, até o momento, data de 1738 – trata-se de um crucifixo, que consta no inventário do capitão-mor João Soares de Miranda, morador na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.¹³

O inventário do capitão-mor é parte de uma amostragem de oito inventários e testamentos referentes às Comarcas dos Rios da Velha e da Morte (1734-1784). Nestes inventários foram identificadas 22 peças em marfim, sendo a maioria destinada para decoração ou utensílio de luxo: crucifixos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Penha, crucifixos, bastões com cabos de marfim, almofariz, pentes, sinete e faca (Ver apêndice 1). Deve-se destacar que eram os nove pentes, avaliados em \$900, que pertenciam ao português João da Fonte Barros, que tinha loja e botica em Sabará. Portanto, um comércio de produtos de marfim existia no interior da província para atender aos gostos dos habitantes.

O grupo de proprietários dos referidos marfins era constituído pela maioria de homens portugueses, que morava na Comarca do Rio das Mortes, no sul da Capitania, nas vilas de São João del Rei e na Vila de São José Del Rei (Tiradentes), ou próximo a estas, na segunda metade do século XVIII. Neste período, a referida região abrigava uma população de portugueses mais numerosa que nas outras comarcas das Minas Gerais. Dos dez testadores e inventariados aqui incluídos, a maioria morava em São João del Rey. Apenas uma pessoa, o capitão-mor João Soares de Miranda, morava na Comarca do Rio das Velhas, no centro-norte da Capitania, na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, área marcada muito mais fortemente pela presença de grande população composta de negros forros e livres e mestiçagens do que a Comarca do sul.

Outro aspecto observado é sobre o perfil econômico e social dos proprietários dos marfins. Eram oito homens e duas mulheres. Portanto, os homens brancos livres eram os principais proprietários dos objetos de marfim. Contudo, não representa a totalidade. Ex-escravos também utilizaram o marfim. Exemplo disso é o inventário da crioula forra, Caetana Maria dos Santos, moradora da vila Mariana, que declarou possuir "um par de brincos com seus olhos feitos de marfim Angola que pesam 3/4 e 4 vinténs com seus olhos de mosquito, que foram vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de 1\$500". Além do referido brinco, a alforriada possuía outros valiosos bens: joias, uma mobília considerável, louças inglesas e indianas, muitas roupas e somente um escravo.¹⁴

Em virtude das evidências nos inventários pode-se afirmar que o marfim em Minas Gerais não era exclusivo a um grupo social, embora a predominância da circulação e posse se concentrasse nas camadas mais abastadas, formada por capitães-mores, clérigos, homens de negócios, boticários e lojistas, em sua maioria proprietária de escravos.

Enfim, os bens arrolados nos inventários das igrejas, bem como dos homens e mulheres livres e forras mostram que a demanda dos trabalhos em marfim era pelas se-

12, AEAM (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana), Inventário, P-16, folha 5. Inventário dos Ornamentos e mais bens que vieram de Lisboa para esta Catedral de Mariana, dos quais o Tesoureiro-Mor dela João de Campos Lopes Torres tomou conta por entrega que deles lhes fez o Sacristão Mor Manoel Pereira de Pinho, a cuja arrecadação estavam: estando presente o Reverendo Dr. Provisor deste Bispado José de Andrade e Moraes. (Grifos nossos). Agradecimentos pela disponibilidade da fonte à Renata Romualdo Diório, pesquisadora de pós-doutorado dos projetos The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production, e "A circulação de marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas (1700-1800)".

13, Casa Borba Gato-CBG Cartório do Primeiro Ofício-CPO Testamentos-TEST, código 02, f. 48-52v – Testamento do capitão-mor João Soares de Miranda. Sabará, 10/08/1738.

14, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar). Inventário post-mortem de Caetana Maria dos Santos. 1787. 2o Ofício. Códice 47, auto 518.

guintes tipologias: arte sacra, utensílios de luxo para casa e trabalho e joias. Dos objetos sacros, a maioria eram crucifixos, os quais, em geral, eram expostos na casa para cumprir duas funções – proteção espiritual e ostentação dos donos.

O comércio de marfim nas Correspondências Oficiais

O levantamento em outros arquivos e fundos documentais, como o Conselho Ultramarino, tem esclarecido sobre o aspecto do comércio das presas de elefantes que chegavam ao Brasil. Uma comunicação entre o conde de Sabugosa - Vasco Fernandes César de Menezes (vice-rei e Capitão Geral do Brasil) e o rei D. João V, registra que, em 1723, o conde confiscou nada menos que 1.243 dentes de marfim, no navio Rainha de Nantes, no porto da Bahia.¹⁵

Em outras correspondências enviadas pelo provedores da Fazenda Real de Angola, estão indicados as datas de partidas, os destinos, os nomes dos mestres e os nomes dos navios, no qual foram embarcados escravos e marfim para o Brasil, para os portos do Rio de Janeiro, Bahia, desde 1715 e se estende por todo o século XVIII.¹⁶ Também eram enviadas pontas de marfim do porto de Benguela para o Brasil.¹⁷

O que estes documentos revelam de novo é uma das rotas do marfim importado para o Brasil, que estava ligado à caça de elefantes no interior de Angola e Benguela. Como as presas chegavam in natura no Brasil, pode-se inferir que havia uma produção local de peças em marfim. Se esta hipótese for confirmada modifica-se o consenso entre historiadores e especialistas versados na arte sacra de que as peças em marfim no Brasil eram majoritariamente originárias da Índia.

Presumindo que havia uma produção local de peças marfim, coloca-se outra a questão – quem eram os escultores? A pesquisa de Iaci Iara Cordovil de Melo, que analisa os inventários das igrejas jesuítas no Pará, (séculos XVII e XVIII) encontrou naquela localidade presas de marfim e também peças sacras e utensílios de boticas. A autora faz também a menção a um indígena escultor, que teria sido escravo daqueles padres – o que sugere uma produção local das peças. As outras referências sobre a abertura de oficinas para a manufatura do marfim no Brasil, identificadas até o momento, são relativas ao século XIX para o Pará.¹⁸

A catalogação dos acervos

Além do rastreamento da cultura material nas fontes documentais, também está sendo feito o levantamento para catalogação e formação de banco de dados dos marfins em acervos de museus e igrejas do Estado de Minas Gerais.¹⁹ A partir deste banco de dados, será possível estabelecer uma proposta para uma política pública de preservação deste patrimônio artístico mineiro, bem como levar ao conhecimento do público.

Até o momento foram identificadas 68 peças em marfim, localizadas em 29 cidades²⁰ de Minas Gerais. Classificamos as peças em duas categorias – sacras e não-sacras. As sacras estão subdivididas em dois grupos: uso litúrgico e devocional. Das

15, Carta do vice-rei e capitão general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao rei (D. Joao V) informando sobre como procedeu com os 1243 dentes de marfim confiscados ao navio Rainha de Nantes. AHU – Bahia, cx 15, doc 23. AHU_ACL_CU_005, Cx 18, D. 1580. 1723, Outubro, 22, Bahia; Ofício de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador de Angola, a Sebastiao Jose de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, sobre o seguinte: envio de uma relação de marfim a ser remetido às Mesas da Inspeção dos Portos do Brasil; utilidade de fixação de escala da nau da Índia e à necessidade de mais gente para dar continuidade ao desenvolvimento de Angola. Insistia para que o substituíssem no governo. São Paulo de Assunção [Luanda], ANG 14 de julho de 1770. Coleção Alberto Lamago Cod.82.24. Ver também LUZIO, Jorge. As redes afro-asiáticas e suas interações culturais com os reinos ibéricos: marfins e mercadorias orientais no Brasil e no México - século XVIII. Disponível em Disponível em: http://www.academia.edu/6348799/As_redes_afro-asiaticas_e_suas_interacoes_culturais_com_os_reinos_ibericos_marfins_e_mercadorias_orientais_no_Brasil_e_no_Mexico_sculo_XVIII. Acesso em 18/02/2015, às 15h: 58 min.

16, AHU - Angola, cx. 21, doc. 108. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2328; AHU-Angola, cx. 22, doc. 43 e 48. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2358; AHU-Angola, cx. 22, doc. 56 e 55. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2368; AHU-Angola, cx. 23, doc. 15 e 59. AHU_CU_001, Cx. 24, D. 2473; AHU-Angola, cx. 23, doc. 89. AHU_CU_001, Cx. 25, D. 2545; AHU-Angola, cx. 24, doc. 38. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2594; AHU-Angola, cx. 24, doc. 102 e 89. AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2642, entre outros.

17. AHU-Angola, cx. 19, doc. 57. AHU_CU_001, Cx. 20, D. 2096; AHU-Angola, cx. 24, doc. 74; cx. 179, doc. 64. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2618; AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2718; anexo: relação AHU-Angola, cx. 25, doc. 18. AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2689; AHU-Angola, cx. 28, doc. 49. AHU_CU_001, Cx. 31, D. 2992; AHU-Angola, cx. 30, doc. 118. AHU_CU_001, Cx. 33, D. 3193; AHU-Angola, cx. 45, doc. 34. AHU_CU_001; AHU-Angola, cx. 24, doc. 74; cx. 179, doc. 64. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2618.

18. FUNDAÇÃO, BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Referência: 03, 02, 005 n. 318; localização I29, 33, n. 054.

19, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN/MG, Museu Regional de São João Del Rei, reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV) e dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG)

68 peças, 61 são sacras e 7 não-sacras. No subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente crucifixos, os quais totalizam 37 peças. Há 7 imagens marianas, nomeadamente, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestre; e 5 santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luís Rei da França.

As peças não-sacras foram subdivididas também em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Dentre os utensílios predominaram - adaga, revólver, pena para escrever, cachimbo e espátula (para abertura de cartas). Apenas uma peça de uso decorativo, o caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as últimas peças citadas eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo; e a pena e a espátula de marfim eram objetos mais sofisticados, e provavelmente pertenciam aos clérigos ou administradores. Em relação aos santos e santas, a grande maioria era de culto devocional da população branca; apenas uma imaginária é de culto devocional negro, a Nossa Senhora do Rosário. Estas inferências se confirmam quando analisadas juntamente com os dados dos inventários. Deste pequeno levantamento pode-se concluir que, seguramente, a Igreja era um dos principais encomendadores da imaginária em marfim para Minas Gerais. Os marfins que constam nas coleções dos museus, em geral, foram doados pelas famílias mais abastadas da região.

A imaginária de marfim presente nos acervos em Minas Gerais está em fase de análise estilística. Por meio do cruzamento entre os acervos e as comparações formais, materiais e iconográficas obter-se-á uma análise mais acurada referente à procedência, ao fabrico e à iconografia das peças.

Considerações sobre a pesquisa em andamento

O que a documentação já levantada permite inferir sobre as formas sociais de circulação e usos simbólicos do marfim no mundo Atlântico? Quais as evidências relativas à fabricação, aquisição e utilização desses artefatos? Qual o perfil dos proprietários de peças feitas com marfim? O que revela a iconografia das peças – seriam indo-portuguesa ou luso-africanas ou luso-afro-brasileiras? As respostas ainda são relativas, pois a amostragem do conjunto documental ainda não é grande e as análises estão em andamento. De todo modo, os dados atuais são representativos. As peças em marfim que circularam no Brasil colonial eram importadas de Portugal e da Índia, bem como foram produzidas no Brasil. A importação do marfim in natura, da costa Atlântica africana, bem como da Índia, mostra que havia uma produção local da arte em marfim no Brasil, principalmente nas instituições administradas pelas ordens religiosas.

O perfil do proprietário das peças mostra os usos simbólicos do marfim na América Portuguesa. A igreja aparece como principal proprietária das peças sacras, e pode ter sido a principal fonte de demanda da arte em marfim. Grande parte dos objetos encontrados na atualidade estão em igrejas ou em museus, que adquiriram as peças das igrejas. Os inventários post-mortem mostram os homens brancos, como a maioria dos proprietários de marfim em Minas Gerais. Os usos simbólicos das peças decorativas e utensílios indicam que a posse do marfim era grande signo de distinção social. Prova disso é o inventário da afortunada forra que possuía apenas um escravo, mas tinha um valioso brinco de marfim de Angola.

Referências

20, Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caete, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabara, Santa Bárbara, Serro, São Joao del Rei, Paracatu, Tiradentes e Uberaba.

AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490- C.1540. ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015, às 06h35min.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.

FERREIRA, Reinaldo. O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993.

LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”. Revista Brasileira de História. V. 9, nº17, set.88/fev.89, p. 101-114;

LÚZIO, Jorge. As redes afro-asiáticas e suas interações culturais com os reinos ibéricos: marfins e mercadorias orientais no Brasil e no México - século XVIII. Disponível em Disponível em: http://www.academia.edu/6348799/As_redes_afroasi%C3%A1ticas_e_suas_intera%C3%A7%C3%B5es_culturais_com_os_reinos_ib%C3%A9ricos_marfins_e_mercadorias_orientais_no_Brasil_e_no_M%C3%A9xico_s%C3%A9culo_XVIII . Acesso em 18/02/2015, às 15h: 58 min.

LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracolônias Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2011.

MAIA, Pedro M. O Museu de Arte-Sacra. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

MÓL, Cláudia Cristina. “Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas em Vila Rica”. Varia História, nº32, julho, 2004.

MÓL, Claudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado, FA-FICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia – 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PEREIRA, Ana Luiza de C. Viver nos trópicos com bens do Império: a circulação de pessoas e objectos no Império Português. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A112.pdf>. Acesso em 19/02/2016, às 14h:23 min.

SANTOS, Lucila M. A sagração do Marfim. Coleção do Museu Histórico Nacional-IPHAN/RJ. Catálogo da Exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

SERRÃO, Vítor. As artes decorativas na colecção palaciana do 1º conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no tempo dos Filipes. Artis [s2], n.2 - 2014, p.8-21.

Apêndice 1

Marfins nos inventários e testamentos nas Comarcas dos Rios da Velha e da Morte/Estado de Minas Gerais/Brasil 1734-1784

Arquivo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, Sabará-MG; Casa Borba Gato-CBG Cartório do Primeiro Ofício-CPO Testamentos-TEST, códice 02, f. 48-52v – Testamento do capitão-mor João Soares de Miranda. Sabará, 10/08/1738; IBRAM BG CPO-TEST, códice 08, f. 94v-101v – Testamento de Maria de Freytas. “Tapanhumacanga”, 06/08/1740; IBRAM Museu Regional de São João del Rei-MR Inventários-INV, caixa 52 – Inventário post-mortem de Anna Dias de Castilho. São João del Rei, 08/04/1743; IBRAM MR

Tipologia	Tamanho e preço	Origem	Datação	Proprietário	Morada do proprietário
Crucifixo em marfim	\$	n/d	1738	Joao Soares de Miranda	Sabará
N. Sra. da Conceição	1 palmo	n/d	1740	Maria de freytas	Serro Frio
Senhor Morto	1 palm	n/d	1740	Maria de freytas	Serro Frio
Objeto em marfim	n/d	n/d	1743	Anna Dias Castilho	São João Del Rey
Bastão com cabo de marfim	\$600	n/d	1784	Pe. Domingos Nunes Ferreyra	Rio de Janeiro
Senhor Crucificado em marfim	7\$200	n/d	1754	Bento Pinto de Magalhains	São Joao Del Rey
Nossa Senhora da Penha	1\$500	n/d	1754	Bento Pinto de Magalhains	São Joao Del Rey
Almofariz em marfim	n/d	n/d	1762	Joao da Fonte Barros	Borda do Campo
9 pentes em marfim	\$900	n/d	1762	Joao da Fonte Barros	Borda do Campo
Sinete de marfim	1\$500	n/d	1764	Felipe Franco Madureyra de Barbuda	São Joao Del Rey
Senhor Crucificado em Marfim	2\$400	n/d	1764	Baptista Pereira da Costa	Freguesia de Prados
2 objetos com cabo em marfim.	5\$200	n/d	1765	Joze Pereira da Costa Castelo Branco	São João Del Rey
1 sinete de marfim de prata	1\$500	n/d	1772	Bento de Faria Lopes	São João Del Rey
1 faca de marfim	\$300	n/d	1772	Bento de Faria Lopes	São João Del Rey

INV, caixa 85TEST, f. 7-10v – Inventário post-mortem do padre Domingos Nunes Ferreyra. São João del Rei, 1/11/1784; IBRAM MR INV, caixa 333 TEST, f. 21-29 – Inventário post-mortem de Bento Pinto de Magalhains. São João del Rei, 19/04/1766; IBRAM MR INV, caixa 30, f. 1-11v – Inventário post-mortem de João da Fonte Barros. Arraial da Borda do Campo, 30/05/1763; IBRAM MR INV, caixa 29, f. 1-5 – Inventário post-mortem de Felipe Franco Madureyra de Barbuda. Vila de São José del Rei, 13/02/1764; IBRAM MR INV, caixa 67, f. 1-7v – Inventário post-mortem de Baptista Pereira da Costa. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, 10/09/1764.